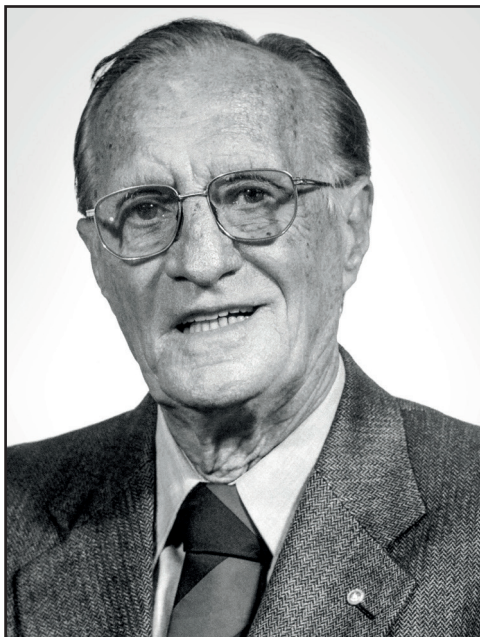


---

Entrevista realizada no Rio de Janeiro, na residência do depoente,  
em 8 de setembro de 2015, por Gunter Axt.

## **PAULO DUARTE FONTES**



**Paulo Duarte Fontes** nasceu em 4 de maio de 1927, na cidade do Rio de Janeiro. É filho de Fiel de Carvalho Fontes e Maria Duarte Fontes. Casou-se com Marly Barbosa Fontes. Formou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito, em 1952. Indicado, iniciou sua carreira no Ministério Público Militar como segundo substituto de promotor, em 1964. Atuou em Juiz de Fora e no Rio de Janeiro. Em 1974, ingressou na Escola Superior de Guerra (ESG), formando-se em 1975. Em março desse mesmo ano, foi promovido a procurador de segunda categoria, passando a desempenhar as suas funções em Brasília. Foi vice-presidente da Associação do Ministério Público do Brasil entre 1973 e 1976. Em novembro de 1978, para a primeira diretoria da Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM), tomou posse como presidente. Em agosto de 1980, foi promovido ao cargo de procurador militar de primeira categoria. Em maio de 1984, foi eleito corregedor-geral do Ministério Público Militar. Em abril de 1987, alcançou o mais alto grau da carreira do Ministério Público Militar, o de subprocurador-geral da Justiça Militar. Em 18 de outubro de 1991, aposentou-se.

**Memória MPM** – *O senhor é natural de onde?*

**Paulo Duarte Fontes** – Nasci no dia 4 de maio de 1927. Morávamos na Avenida Atlântica, em Copacabana. Naquele tempo, a praia ainda era muito rudimentar. Fiz o ginásio, me formei no colégio São Bento, beneditino; sou muito católico. Depois, fiz exame para a Faculdade Nacional de Direito e me formei em 1952.

**Memória MPM** – *E desse período da Faculdade, o senhor se lembra dos professores, dos estudantes? Como era a vida acadêmica?*

**Paulo Duarte Fontes** – Eu lembro! A vida acadêmica foi excelente. Era uma turma muito boa, professores notáveis. Alguns colegas tornaram-se magistrados, outros advogaram com destaque. Dois chegaram a ser embaixadores. Formei-me e resolvi montar um escritório, no último andar do *Edifício Sloper*, no Rio de Janeiro. Advogava no Crime e no Cível, e nas Auditorias também, onde fiz amizade com um sujeito sensacional, falecido em 1994, chamado Carlos [Maria] de Paiva Ronco, servidor da Procuradoria-Geral de Justiça Militar. Ele me indicou para ser promotor substituto da Justiça Militar. O substituto era, então, convocado para atuar em um processo, ou dois, por ano.

Mas estourou a Revolução. Certo dia, o Ronco me telefonou, dizendo que minha indicação estava travada no SNI. Como o professor Luiz Viana Filho era meu contraparente, amigo de família, telefonei-lhe, pedindo sua intervenção. Ele disparou apenas um telefonema e garantiu-me que eu estava nomeado. Imagine: na Revolução, alguns promotores efetivos – não vou declinar os nomes – tiravam o corpo fora e se colocavam em exercício, por medo da cassação.

Os processos eram sérios. O primeiro que jogaram sobre mim, foi o do [Roberto] Hipólito [da Costa], que matou o Alfeu [de Alcântara Monteiro]: ambos brigadeiros. Alfeu era o comandante da 5ª Zona Aérea, no Rio Grande do Sul. O [Nélson Freire Lavanére] Wanderley, ministro da Aeronáutica, tinha ido lá para prendê-lo, pois ele era considerado janguista, e o levar para São Paulo. Ele era um sujeito de posições firmes e disse: “Aqui eu não vejo homem para a minha bala.”. Começou a discutir com o Wanderley, disparou um tiro, que o pegou de raspão. Aí dois oficiais entraram na sala e ele disparou novamente. Então, o Hipólito entrou e atirou. O Alfeu morreu, alvejado por dois tiros que atingiram a lateral esquerda do tronco. Eu funcionei nesse processo e defendi a tese da legítima defesa, própria e de terceiro.

**Memória MPM – *A legítima defesa do Hipólito?***

**Paulo Duarte Fontes** – Do Hipólito, sim, que foi absolvido. Naquele tempo, na Aeronáutica tinha o [João Paulo] Burnier. Todo mundo tinha medo dele, e eu tenho a impressão de que por causa desse processo ele me respeitava. Um dia ele disse a um advogado do Ministério da Aeronáutica que queria falar comigo. Atendi ao convite. Na sala dele, me deu uma porção de nomes – não vou citá-los –, gente que eu deveria denunciar. Disse-lhe que lastimava, mas um promotor não decreta a prisão preventiva de ninguém, de sorte que ele precisaria justificar o motivo, nome por nome, encaminhar o pedido para o juiz, que abriria vistas para mim. Só então poderia dar um parecer, que seria favorável ou contrário, dependendo da minha convicção e consciência.

O Burnier esperneou. Não gostou. Mas, apesar de ser uma dessas pessoas expansivas, que ao se precipitarem podem fazer besteiras, era também um sujeito com raciocínio, de forma que acabaria se acalmando e refletindo.

## HISTÓRIAS DE VIDA

Porém, saí de lá convicto de que seria cassado e cheguei a comentar isso com meu sogro, em sua fazenda, para onde fui em seguida. Estávamos em novembro, mês de Finados. Voltando da fazenda, para visitar meus pais, casualmente me encontrei com o Burnier. Surpreendentemente, me convidou para almoçar. Eu disse: “Brigadeiro, só de ver o senhor já tremi.”. Rimos. Afinal, ficamos até amigos.

Daí, fui promovido. Um dia, cheguei em casa – foi incrível –, liguei a TV e assisti ao presidente [Artur da] Costa e Silva dizendo: “Amanhã, aquele moleque do João Pinheiro Neto vai para a cadeia, porque vai ser denunciado!”. Ele estava falando, eu ouvindo. Ele disse até uma besteira, que o Pinheiro teria cometido latrocínio. Deu para ver quando um auxiliar o cutucou, como quem fala: “Não diz besteira!”. Desliguei a TV e fui estudar um processo que havia recebido naquele dia. Era, justamente, o processo do João!

**Memória MPM** – *O senhor já sabia que estava com o processo do ex-diretor da Supra?*

**Paulo Duarte Fontes** – Não! Sabia apenas vagamente que tinha alguma relação com as invasões de terras em Pernambuco.

**Memória MPM** – *Mas por que um processo sobre invasão de terras em Pernambuco foi parar nas mãos do senhor?*

**Paulo Duarte Fontes** – Ele era do Rio, tinha feito aquele discurso na Central do Brasil, junto com o João Goulart. Comecei a estudar o processo e, por sorte minha, havia um documento que dizia que, pelo mesmo fato, ele tinha sido julgado e absolvido na Justiça Comum. Ora, em Direito existe um princípio que diz: “*Non bis in idem*”, isto é, ninguém pode ser denunciado duas vezes pelo

mesmo crime. Então, acabou-se o processo. É evidente que o Costa e Silva não deve ter gostado. Mas Juscelino [Kubitschek] gostou. Ele falou com o João Pinheiro que queria me homenagear. Assim, ofereceu um jantar no apartamento do João. Foi muita gente, inclusive minha prima Regina, filha do [Olavo] Bilac Pinto. A minha mulher, Marly Fontes, que era da UDN, saiu de lá encantada com o Juscelino. Nós sentamos na mesa de honra. O jantar foi admirável. Depois disso o João ofereceu um almoço mais restrito para mim, no qual o Juscelino também estava presente. Foi muito agradável e fiquei amigo do Juscelino.

Passou-se um tempo e fui promovido para Juiz de Fora. Um colega disse-me que iria me incomodar, pois lá havia dois substitutos: um era meio louco, vivia dando denúncias ineptas; e o outro trabalhava com o SNI. Mas isso não me assustou. Quando cheguei a Juiz de Fora, havia uma sessão em andamento, e o substituto exclamava-se com dramaticidade: “Hoje, sexta-feira, minha beca está manchada de sangue, porque meu substituto vai assumir a Auditoria de Juiz de Fora!”. Esse era o tal maluco. Estava referindo-se a mim (e nesses termos), quando o substituto era na verdade ele! Fui ao Cartório e avoquei todos os processos. O juiz era um sujeito espetacular, o [Antonio Carlos] Seixas Telles, de quem me tornei muito amigo. Senti que era um homem equilibrado, sério e fazia cumprir a lei. Quando acabou a sessão, vem outro cara, com um [revólver] calibre 45 na cintura, dizendo: “Eu já distribuí os processos.”. Dei um berro: “Se o senhor entrar aqui com esse revólver, vou prendê-lo, porque sou o responsável, então, o senhor tome juízo! E tem mais: o senhor não distribui processo nenhum, quem distribui é o seu chefe, que sou eu; de hoje em diante, o senhor só faz o que eu mandar!”.

Já tinham me avisado que o substituto mantinha um escritório no próprio quartel. Naturalmente, ele foi queixar-se para o general [Ariel] Pacca

[da Fonseca], comandante da 4ª Região Militar, das minhas providências. Também fui falar com ele. Achei-o uma simpatia. Expliquei-lhe que a força de um procurador residia no poder de representar. Assim, se percebesse algo errado, eu representaria para o Superior Tribunal Militar, para o comandante do I Exército, para onde necessário fosse. Ele compreendeu e me prometeu que aquela situação, de fato, teria fim. Começamos a julgar os processos. As coisas pareciam ter entrado nos eixos, até que um dia o sujeito denunciou o escultor Guido Rocha. O senhor sabe o motivo? Porque considerou os seus Cristos subversivos! Pode? Veja aquele Cristo ali na parede [apontando para uma escultura afixada na parede do *hall* de entrada do apartamento]: é um Guido Rocha.

**Memória MPM** – *É um Cristo lindo! Representando com eloquência o drama do padecimento na Cruz...*

**Paulo Duarte Fontes** – É claro! É arte, de qualidade. Denunciar o artista por causa de suas representações do Cristo era uma estultice, uma arbitrariedade! Mas isto estava longe de ser um caso isolado. Havia outras denúncias delirantes, baseadas em superdimensionamento de aspectos triviais, sem lastro probatório algum.

Noutro processo, ele denunciou uns trinta padres! Tinha havido, em 1968, no Rio de Janeiro, aquela tragédia com um estudante secundarista, morto em um confronto com a Polícia Militar. O corpo foi velado na Assembleia Legislativa e se celebraram missas na Igreja da Candelária. Saíra, então, um ônibus de Juiz de Fora com os padres, que lá foram em solidariedade e assinaram um livro de condolências, que funcionou como um manifesto de repúdio à morte lamentável de um menino de 16 anos num acidente. Não

havia nem mesmo uma responsabilização da Polícia Militar nesse documento. Ora, qualquer um assinaria! Eu assinaria! Houve um coronel que assinou, era irmão de dois generais, um de cabelos vermelhos e o outro de cabelos pretos.

Mas o promotor denunciou os padres: escreveu duzentas e tantas folhas. Isso foi a julgamento. Ele estava crente que faria a acusação. Avoquei o processo. Estavam crentes de que me meteriam medo, mas “meti os ferros”: a denúncia era inepta. Numa dessas tiradas, o general [Euclides] Figueiredo (irmão mais velho do presidente) tinha dito que a Igreja Católica Apostólica Romana era marxista, leninista, comunista. Eu aproveitei o momento do julgamento para protestar. O general era um sujeito formidável, o respeitava, mas não podia admitir falarem nesse tom da minha Igreja.

O Longo, que presidia Conselho, achou ruim meu protesto, mas não disse nada na hora. Quando foi passar a palavra aos advogados, advertiu-os: “Os senhores vão poder falar, mas não vão fazer como o promotor que atacou o general Figueiredo.”. Pedi novamente a palavra: “Eu lastimo que o senhor não tenha entendido, eu não ofendi o general Figueiredo; pelo contrário, o admiro, agora, ele não entende nada do que é o comunismo na Igreja Católica!”. Afinal, absolveram os padres por unanimidade. O Longo terminou a sessão com uma ironia, imitando o gesto do padre quando encerra a missa, fazendo o sinal da cruz: “Vão em paz para casa.”. Desnecessário.

Um dia cheguei à Auditoria de Juiz de Fora e havia um recado de que o general Pacca queria conversar comigo. Eu gostava dele. Ele estava preocupado, porque o substituto, [Joaquim] Simeão [de Faria Filho], junto com o La Vangeli, tinham prendido o dentista que o atendia e o arrolado como testemunha. Um absurdo! “E o senhor não o soltou?”, perguntei. “Não, não



soltei... Sabe como é...”. De fato, era uma posição constrangedora. Garanti-lhe que resolveria. Cheguei à Auditoria e topei com o La Vangeli, que era militar: “Tem um minutinho? É o seguinte: vou fazer uma representação contra o senhor porque prenderam uma testemunha, fizeram tais absurdos, e vou representar.”. “Chutei o balde!”, como se diz. Empalideceu. Eles “pintavam e bordavam” em Juiz de Fora; fizeram os maiores absurdos, tudo em nome da Revolução! Coisa nenhuma! Misturavam seus interesses nisso e até prejudicavam a Revolução. Ele disse: “Não fui eu, Dr. Fontes, foi o Simeão”. Aí o chamou e eu disse que representaria contra os dois. O Simeão estava fazendo hemodiálise naquela época, passou mal e tivemos que o levar ao hospital. Logo em seguida soltaram todo mundo e esqueci o caso.

Tinha um advogado lá que não gostava do Simeão: o Obregon [Gonçalves]. Ele vinha queixar-se para mim e eu dizia que estava cumprindo o meu dever. O fato é que o Simeão acomodava-se quando sentia que se defrontava com alguma autoridade. Bastou eu afirmar um pouco a minha e tudo aquietou-se. No tempo em que estive lá, não teve subversão, não apareceram novos processos de segurança nacional, sobretudo porque o Simeão parou de denunciar as pessoas. Afinal, a passagem por Juiz de Fora foi agradável e saí de lá tendo feito muitas amizades, que guardei ao longo da vida.

Fui indicado para a Escola Superior de Guerra: maravilha aquele curso! Fiz grandes amizades lá. Foi um período extraordinário. Antes de o curso começar, em janeiro de 1974, o Ruy [de Lima Pessôa] – uma das maiores inteligências na Justiça Militar, muito meu amigo – me convocou para o Rio, porque sabia que eu era de lá. Foi ele quem me indicou para a Escola. O Simeão, contudo, espalhou em Juiz de Fora que eu tinha sido afastado. Ridículo!

Quando fui para Juiz de Fora, alugara, todo mobiliado, o apartamento que tinha na Hilário de Gouveia, em Copacabana. O locatário não só não pagou aluguel, como ainda vendeu os meus móveis, quadros, tudo! Quando cheguei de volta ao Rio de Janeiro, não tinha nada. A imobiliária era uma porcaria e não conseguiu recuperar nada. Fiquei tão chateado que vendi o apartamento para o primeiro comprador que apareceu! Mas não faz mal, pois Deus nos tira com uma mão e nos dá com a outra.

Quando terminei a Escola Superior de Guerra fui promovido para a Procuradoria de Brasília, pelo Ruy de Lima Pessoa. Foi em 1975. Quando entrei na Auditoria fiquei escandalizado: o diretor-geral mandava mais do que todo mundo; os diretores tinham carro oficial, enquanto nós ganhávamos menos do que um sargento. Eu não aceitava isso.

Fui conversar com o Gilvan [Correia de] Queiroz, do Ministério Público do Distrito Federal, e com o Miguel Frauzino [Pereira], procurador da República. A Procuradoria-Geral da República apertava-se toda em meio andar do DASP [Departamento Administrativo do Serviço Público], uma vergonha! Disse-lhes que precisávamos fazer algo, pois aquela situação era insustentável. O Frauzino estava à frente da Associação Nacional dos Procuradores da República, fundada em 1973. O Gilvan já tinha uma associação, do MPDFT, que vinha do início dos anos 1960. O Ministério Público, junto à Justiça do Trabalho, estava preparando a fundação de sua associação, o que de fato aconteceu em 1979. Era tudo ainda incipiente, mas nós não tínhamos nem isso. Então, resolvi fundar a associação, o que aconteceu em novembro de 1978.

Desde fins de março de 1978, eu funcionei numa comissão constituída pelo procurador-geral da República, Henrique Fonseca de Araújo, com atribuição

para elaborar o anteprojeto de lei complementar que estabeleceria as normas gerais para a organização do Ministério Público no Brasil, que acabou sendo a Lei Complementar nº 40, de 1981. A instituição, ali, deu um salto em termos organizacionais. Então, eu sentia o quão importante era que tivéssemos, também, a nossa associação de classe, para participar com legitimidade do debate que estava acontecendo e que acabaria ganhando corpo no Brasil dos anos seguintes. Eu tinha, na verdade, alguma experiência com a vida associativa, porque fui vice-presidente da Associação do Ministério Público do Brasil de 1973 a 1976.

Mas, enfim, o início não foi fácil. A adesão dos membros era voluntária e gratuita, de forma que organizei uma entidade meio simbólica. Estávamos com pressa em ter essa representação. A partir daí, o Gilvan o Frauzino e eu, estávamos os três legitimados para lutar pelos interesses da classe. Íamos ao Palácio, ao Congresso, lutamos muito. Como eu tinha sido militar, a carteirinha abria algumas portas. O [Paulo César] Cataldo e o Inocêncio [Mártires Coelho] estavam na Casa Civil e nos recebiam. A primeira coisa que conseguimos foi um aumento. Era a “gratificação de produtividade”, um nome meio fantasioso. E a coisa melhorou um pouco, mas estávamos longe de ficarmos satisfeitos. Queriam nos dar um V.A.S., mas comprometia as finanças do governo. Um dia, o ministro Cataldo comentou comigo na barbearia: “Saiu a outra gratificação para vocês.”. Ficamos com o salário e duas gratificações. Um dia, localizei uma jurisprudência do Supremo que determinava que o salário era o somatório do vencimento-base com essas duas vantagens. A partir daí é que se calculavam os anuênios e as vantagens pessoais. Requeri ao Milton [Menezes da Costa Filho] para ele deferir. Inteligente e brilhante como é, mandou o assunto para o Tribunal de Contas, onde foi aprovado por unanimidade. Então, o problema dos vencimentos ficou mais ou menos resolvido.

Estávamos, naqueles tempos, subordinados ao Ministério da Justiça, o que era algo que nos diminuía institucionalmente. O chefe do Ministério Público da União era o ministro da Justiça. Depois de muita luta, conseguimos mudanças. Inicialmente, ficamos subordinados ao procurador-geral da República, mas não fomos aceitos na carreira do Ministério Público Federal, não sendo considerados equivalentes aos procuradores da República.

Era norma constitucional o presidente da República receber uma tabela de aumentos elaborada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, para os magistrados, e pelo procurador-geral da República, para os membros do Ministério Público. O [José Paulo Sepúlveda] Pertence resolveu constituir uma comissão, da qual tive a honra de fazer parte, que recomendou um aumento maior de 5% aos procuradores da República. O Pertence tinha muita força. Logo depois, foi nomeado ministro do STF. Bem, a proposta seguiu para o Congresso Nacional. Na Câmara, o projeto fora aprovado – era presidente o deputado Ulysses Guimarães. Aí seguiu para o Senado. Meu primeiro movimento foi pedir apoio ao [Francisco] Leite Chaves, que tinha sido procurador-geral da Justiça Militar, mas ele achou que o aumento era um absurdo e não queria mais nem ouvir falar no Ministério Público. Procurei, então, o Maurício [José] Corrêa, de quem era amigo, que de fato nos ajudou. Um dia, o Maurício Corrêa alertou-me: “Deu zebra, porque o Leite Chaves está criando um caso.”. Corri para o telefone, liguei para o [Marco Antonio Pinto] Bittar, que não estava; liguei para o Milton, que disse: “Eu vou para aí voando!”. Fomos conversar com o Leite Chaves, que gostava muito do Milton, mas não gostava de mim (porque eu não gostava dele; hoje, contudo, o admiro). Foi graças ao Milton que o Leite Chaves concordou com o projeto, garantindo a sua aprovação.

**Memória MPM** – *E por que o Leite Chaves não queria apoiar o projeto?*

**Paulo Duarte Fontes** – Ele não queria mais se envolver, porque já tinha dado encrenca esse assunto do aumento.

Mais tarde, o Milton, com a inteligência, o preparo e o valor dele, fez cinco emendas e as justificou maravilhosamente. O [José Carlos] Couto [de Carvalho], o Flávio Corrêa [de Andrade] e eu fomos ao Congresso, procurar o Leite Chaves para defender e apresentar estas emendas. Novamente ele disse que não queria nem saber. Levei as emendas à Comissão de Justiça, presidida pelo Amir Lando, cujo vice era exatamente o Maurício Corrêa, que as acolheu como se fossem dele. Uma dessas emendas inseria-nos na carreira do Ministério Público da União, o que nos garantia equiparação aos procuradores da República.

**Memória MPM** – *Isso foi depois da Constituição, na Lei nº 75, de 1993?*

**Paulo Duarte Fontes** – Exatamente. Isto foi fundamental. Nasceu ali um novo Ministério Público.

**Memória MPM** – *E a associação, como foi organizada?*

**Paulo Duarte Fontes** – No início, as coisas funcionavam muito na base do improvisado. Era tudo incipiente, não tínhamos verba de representação, orçamento nem sede. Mas a entidade nos legitimava. Com as medalhas que criamos, por exemplo, adocivamos autoridades. O pessoal gosta de receber medalhas e condecorações.

Eu, a propósito, também recebi as minhas. Condecorações do Superior Tribunal Militar, da Procuradoria-Geral de Justiça Militar, duas do Exército, da Marinha e até da Rádio Patrulha. Mas a que me comove e me orgulha é esta aqui

[indica uma placa de metal guardada em uma caixa]: foi oferecida em um jantar no qual fui homenageado, pelo Milton, os colegas procuradores e os servidores. Os funcionários eram gratos a mim porque eu ajudava a conseguir apartamentos funcionais em Brasília. Me deram essa placa...

**Memória MPM** – *“Paulo Fontes, admiração e respeito dos amigos da PJM”*.

**Paulo Duarte Fontes** – Nesse almoço – ou jantar, já não me recordo bem –, estavam presentes o Milton, o Andrade, a Marly Gueiros, uma mulher extraordinária, dona de grande cultura geral e de saber jurídico; delicada e educada. Tenho muito apreço e admiração por ela.

O pessoal mais moderno fez muito pela associação, continuando a nossa obra. Conseguiram institucionalizá-la de uma forma mais consistente, dotaram-na com uma boa sede, o que é muito bom. É pena, apenas, que a memória daqueles tempos iniciais não tenha sido preservada. Eu doe para a entidade livros de fotos – das cerimônias de posse dos subprocuradores-gerais, por exemplo. A minha posse como procurador de primeira categoria, em particular, foi muito prestigiada, porque o Luiz Viana Filho se fez presente, e, em 1980, presidia o Congresso Nacional. A presença dele atraiu, também, todos os ministros do Superior Tribunal Militar. Foi um evento importante para a instituição. Já minha posse como subprocurador-geral foi em 1987. O Luiz Viana Filho ainda estava vivo e no exercício do mandato de senador, mas já não presidia mais o Congresso. Eu também tinha deixado lá os livros com os registros das medalhas e condecorações que conferíamos às pessoas – muitos eram ministros. Mas creio que tudo isso se perdeu. Não houve preocupação em guardar esses registros.

**Memória MPM** – *Quem o senhor caracterizaria como o núcleo do Ministério Público nesse momento? O Milton, o senhor, a Marly...*

**Paulo Duarte Fontes** – Era o Milton! Ele chefiou o Ministério Público com descortino, entre 1977 e 1985, e, depois, novamente, já como procurador-geral eleito pela classe e nomeado a partir de lista tríplice, entre 1990 e 1994. É graças à cultura jurídica do Milton que obtivemos o fortalecimento da instituição em alguns pontos estratégicos, como mencionei. Em 1981, ele anteviu a necessidade de renovação do Ministério Público Militar e convocou e organizou um concurso público, algo que não se fazia desde os anos 1950.

Agora, claro, ele fazia o jogo dos militares. Não se metia em nada que os contrariasse, pelo menos na primeira fase de sua gestão. E teve o azar de pegar dois processos rumorosos: o dos padres franceses e o Riocentro. Aquele inquérito do Riocentro é uma vergonha! Não sou eu que digo. As críticas que o almirante [Júlio de Sá] Bierrenbach fez em seu livro são irrefutáveis. Ele foi, talvez, o maior dos ministros militares do Superior Tribunal Militar. Já no caso dos padres franceses, ele poderia ter distribuído o processo para um procurador, mas preferiu não o fazer. O Milton entrou no Ministério Público por concurso, antes da Revolução. Ficou doze anos ao todo à frente da chefia da instituição. Isto sem mencionar o período de 1985 a 1990, durante o qual ele teve um papel fundamental, assessorando os procuradores-gerais. O Leite Chaves gostava muito dele e o Eduardo Pires Gonçalves recorria ao Milton constantemente.

Os militares não tiveram a delicadeza de nomeá-lo ministro, porque ele os agradava, quer dizer, para os militares era ideal ter um procurador-geral com o qual pudessem dialogar e pelo qual seriam atendidos. Então, é claro, tem gente que o critica hoje por esse alinhamento aos militares, mas o fato

é que ele foi importantíssimo para a instituição. Os Ministérios Públicos do Trabalho e do Distrito Federal também devem ao Milton o reconhecimento como membros da carreira do Ministério Público da União, em igualdade de condições com os procuradores da República.

**Memória MPM** – *Voltando ao caso do Riocentro, o senhor chegou a criticar o inquérito na época?*

**Paulo Duarte Fontes** – Sim, embora não publicamente, em respeito aos colegas. O Célio Lobão, corregedor-geral da Justiça Militar, que discordou do arquivamento estabelecido pelo juiz Edmundo [Franca de Oliveira], acabou representando contra mim, para o presidente do Superior Tribunal Militar, brigadeiro Faber Cintra, e para o Milton Menezes. Mas foi por causa de um mal-entendido. Eu exclamei, num carro: “Que palhaçada é essa que estão fazendo no Riocentro?”. Logicamente, estava referindo-me ao inquérito e ao arquivamento. Mas o chofer contou para o Célio Lobão, e disse que eu estava referindo-me à decisão dele, como corregedor-geral da Justiça Militar, de representar ao procurador-geral contra o arquivamento. Engraçada a vida... Sempre gostei muito do Célio, que era mesmo dado a uns rompantes, tinha uma personalidade forte, mas era boa gente. E, de repente, ele representava contra mim, que estava de acordo com a crítica que ele fazia ao arquivamento.

O Faber Cintra, que era bem linha-dura, percebeu que aquilo era uma bobagem, rasgou a representação; nem respondeu. O Faber Cintra me conhecia, nós havíamos sido colegas na ESG. Aliás, era um homem agradável, muito rico, dono de um quarteirão inteiro em Ipanema: completou há pouco 100 anos de vida. A sua esposa faleceu não faz muito tempo, uma senhora adorável, educada, descendente de alemães, muito religiosa.



O Milton também desprezou aquela representação. O chofer, depois de gerar um estresse desses, foi posto de escanteio, claro. Mas veja que ousadia: telefonou com ameaças, disse que era um subversivo, que sabia onde meus filhos estudavam, que os iria pegar. Sujeito desprezível! Falei com o Marabuto, que o enquadrrou e acabou o assunto.

**Memória MPM** – *E o Eduardo Pires Gonçalves?*

**Paulo Duarte Fontes** – Foi procurador-geral da Justiça Militar mas nunca fez uma sessão do Superior Tribunal Militar. A revista *Veja* publicou, certa vez, que eu teria dito que ele era incompetente, que se tivesse que dar um parecer num processo, chamaria alguém para fazê-lo. Bem, ele era irmão de um general muito importante, ministro do Exército. Eu sabia que ele iria ganhar a disputa para a vaga. Essa matéria que saiu na *Veja* era violenta.

**Memória MPM** – *Entrevista sua?*

**Paulo Duarte Fontes** – Era um grupo de promotores, que incluía o Lima Pessôa, porque eles diziam que o general Leônidas Pires Gonçalves teria oferecido ao Ruy a direção em um banco para ele se aposentar. Houve essa reunião, foram os promotores, e eu disse que a coisa toda era uma vergonha. Uma vez o Eduardo tinha entrado na sala dos procuradores dizendo que tinha um sujeito ao telefone perguntando o que era Justiça Castrense e ele não sabia responder. A *Veja* publicou essas coisas: ficou chato. Ele era até boa gente. Telefonou-me: “Paulinho, como é que você faz uma coisa dessas?”, eu disse: “Mas você entende de alguma coisa?”, “Não, mas eu vou contratar um cara que faça por mim”. E ficou por isso mesmo.

**Memória MPM** – *Dizem que ele era uma “parada”.*

**Paulo Duarte Fontes** – Sim, era uma “parada”. Como todo sujeito que mistificava, era muito agradável, envolvente e, sobretudo, engraçado. Imagine, ia à praia em Camboriú, de trajes de banho, com um revólver 45 na cintura [risos]. Ele andava sempre armado. Mas no trato pessoal, era um sujeito muito doce.

**Memória MPM** – *O senhor chegou a participar das comissões do concurso?*

**Paulo Duarte Fontes** – Acompanhei a do Amazonas e a de São Paulo.

**Memória MPM** – *E as comissões para promoção?*

**Paulo Duarte Fontes** – Sim. Isso nem sempre era uma questão tranquila. Um colega, pelo qual tenho muito carinho, o Flávio Corrêa, do Mato Grosso do Sul, ficou chateado comigo, certa vez, quando uma comissão formada por mim, pela Marly Gueiros e pelo Milton Menezes promoveu o Kleber [de Carvalho Coêlho]. Nos anos 1980, era o ministro da Justiça quem assinava as promoções: a indicação ia para o Departamento de Justiça do Ministério e lá eles escolhiam e informavam o ministro, que nomeava. O fato é que não adiantava eu dar um voto discordante, porque a Marly sempre votava com o Milton, que queria o Flávio... então foi o Flávio que figurou em primeiro lugar na lista, seguido do Kleber e do Amauri. O Kleber tinha acabado de fazer concurso e já estava efetivo. O Amauri não tinha feito o concurso de 1981: estava com mais idade e seria até um absurdo fazer o concurso para começar a carreira outra vez. Bem, mas eu tinha alguma força no Ministério da Justiça. O Kleber me telefonou. Eu tinha operado os dentes, estava com dores e mal podia falar. Ele queria que o acompanhasse ao Ministério da Justiça, que o apresentasse ao diretor, que era um juiz do Rio Grande do Sul. O Kleber era encantador quando queria, persuasivo; falou tanto que eu os aproximei e

ele, muito envolvente, conseguiu que o cara alterasse a lista, colocando-o em primeiro. Aí o ministro nomeou o Kleber. Num almoço de aniversário de 80 anos, que o [Antônio Brandão de] Andrade ofereceu na casa dele, na Bahia, ele gracejou, contando essa história: “O Paulo derrubou o Milton”, referindo-se à lista que saíra da Procuradoria-Geral. Eu não tinha derrubado lista de Milton nenhuma! Quem ia ser nomeado era o Flávio. Foi um mal-entendido, que custou a nomeação do Flávio e adiantou a carreira do Kleber, que se credenciou uns dez anos mais tarde para o cargo de procurador-geral. Fiquei sentido, porque eu gostava muito do Flávio.

**Memória MPM** – *E quanto aos casos de Segurança Nacional em que o senhor atuou, apareceu, por exemplo, algum com pena de morte?*

**Paulo Duarte Fontes** – Não. Mas houve um episódio anterior ao meu ingresso no Ministério Público Militar como substituto. Como eu defendia militares acusados na Justiça Militar, coube-me a representação do caso de um marinheiro, que se envolveu numa história triste e escabrosa. Naqueles tempos, podia acontecer de o pessoal da Marinha, oficiais, inclusive, levarem moças a bordo de um navio atracado. Essas coisas aconteciam em cidades portuárias e são retratadas pela literatura e pelo cinema, como se sabe. Essas moças, às vezes, dormiam nos navios. Havia esse marinheiro, que era homossexual, e ficava arrumando as camas, servindo aos oficiais. Certa vez, um dirigiu-lhe gracejos. Estando em companhia das meninas, passando pelo marinheiro, exclamou: “Ah, esse aí é a ‘bichinha’.”. Isto é, humilhou o cara na frente dos outros. Ele não disse nada. Quando o navio zarpou para Rio Grande, as meninas já desembarcadas, numa madrugada, enquanto todos dormiam, foi de cabine em cabine, alvejando um por um dos oficiais. Matou oito! Quando apontou o revólver para o último, este se acordou e, numa reação

automática, gritou para o marinheiro: “O senhor está preso! Me dê a arma!”. Surpreendentemente, ele parou, se desculpou e deu a arma para o oficial. Isto é, ficou louco, teve um surto, e saiu matando os oficiais. Evidentemente que, como advogado dele, pedi exames de sanidade mental.

**Memória MPM** – *Como advogado de ofício?*

**Paulo Duarte Fontes** – Não, como advogado particular. Era uma situação muito chata, um dilema, porque um dos oficiais mortos tinha oito filhos, o outro deixou mais tantos órfãos, e assim por diante... Uma tragédia! Naquele momento, a pena de morte não estava prevista na legislação, mas um cara desses a mereceria. No entanto, eu o estava defendendo e conseguiria provar sua incapacidade, sua insanidade. Então, foi uma sorte quando o Carlinhos Paiva Ronco disse que havia me indicado como substituto para procurador.

**Memória MPM** – *Ah, foi nesse momento! Em plena efervescência da Rebelião dos Sargentos...*

**Paulo Duarte Fontes** – Sim. Em decorrência dessa indicação, precisei me afastar da defesa.

**Memória MPM** – *E como terminou o processo?*

**Paulo Duarte Fontes** – Eu não me recordo...

**Memória MPM** – *Dr. Paulo, voltando ao princípio, por que a escolha pelo Direito? Havia tradição de família?*

**Paulo Duarte Fontes** – Sim, com certeza! Meu pai foi deputado federal, Fiel de Carvalho Fontes. Meu avô, Paulo Márcio Fontes, baiano,

foi o primeiro juiz federal do Brasil. Na Campanha Civilista, foi candidato ao governo da Bahia, apoiado pelo Rui Barbosa, que se candidatara para a presidência. Perderam para o [José Joaquim] Seabra. Naquele tempo, as eleições não eram exatamente confiáveis. Havia, de fato, fraude no sistema, de modo que eles nunca reconheceram plenamente a derrota.

**Memória MPM** – *A jurisdição federal foi criada pelo Campos Salles em 1890. Ele foi o primeiro nomeado?*

**Paulo Duarte Fontes** – Sim. Tanto que um juiz federal em Brasília pediu, esses tempos, a minha filha, para lhe repassar cópias das sentenças do vovô, porque elas têm essa importância. Mas eu nunca liguei para isto. Não conheci meu avô. Dizem que era “de lascar”. Ele e meu pai não se entendiam. Meu pai nem ia à Bahia e, inclusive, abriu mão da herança quando ele faleceu – vovô era um homem muito rico. Era um daqueles homens baianos à moda antiga, autoritários, violentos, convictos de encarnarem o poder do mundo. Mas é preciso entender isso no contexto da época.

Aos domingos, em Salvador, havia uma missa importante na Igreja da Vitória, na saída da qual as pessoas tomavam o bonde que seguia pela Avenida Sete [de Setembro]. Ele morava no Campo Grande. Ele e minha avó sempre se sentavam no primeiro banco. Aquilo era uma espécie de tradição e todas as pessoas sabiam que, na saída da missa, aquele era o assento de meus avós. Um dia, um sujeito de fora, parece que de São Paulo, que logicamente desconhecia essa regra não falada, apareceu sentado no banco. Meu avô não disse nada. Sabe o que ele fez? Abriu o guarda-sol, tomou minha avó pelo braço e seguiram os dois caminhando pelo trilho, na frente do bonde, que assim teve de seguir até o Campo Grande ao passo do casal. O bonde seguiu-o! Ninguém disse nada.

Não teve um cara que honrasse as calças para se insurgir contra o absurdo daquela situação. Porque todos sabiam que, se algo fosse dito, ele mandava prender. Essa história eles contavam como vantagem, para exemplificar o poder que tinham. Eu acho uma idiotice, nada admirável. Dizem que o pessoal o elogiava por causa de um berro estrondoso que ele dava de vez em quando. Punha a cabeça para fora da casa e berrava: “Ahhhhh!!!...”. O Campo Grande inteiro ouvia. Pode? Eu ouvia essas histórias quando era garoto...

Meu pai foi deputado federal por quatro mandatos, caindo na Revolução de 1930, do Getúlio Vargas. Papai gostava de pescar, de viver, era apaixonado por minha mãe: todo sábado trazia um buquê de rosas para ela. A vida passa rápido...

Meu avô também foi removido do posto pelo Getúlio. Aí queria que papai fosse para a Bahia para administrar as fazendas, uma área grande em Cocorobó, Canudos, onde Antônio Conselheiro promoveu seu levante. Havia muito latifúndio lá. Papai negou-se. A minha avó, conheci com noventa e nove anos, magrinha... Dizem que foi um amor de moça.

**Memória MPM** – *Seu pai era formado em Direito, também?*

**Paulo Duarte Fontes** – Sim, mas não advogava. Ele foi presidente da Companhia de Anilinas, Produtos Químicos e Material Técnico. John Jürgens passou a presidência para papai quando, em função da Segunda Guerra Mundial, os alemães precisaram desligar-se do quadro social de empresas, para que não entrassem na chamada lista negra e fossem, assim, proibidas de vender e comprar. Seu Jürgens era uma joia de pessoa, não tinha nada a ver com a situação política na Alemanha, mas era alemão, e isso, para os governos brasileiro e norte-americano, já bastava.

Durante a sua gestão, papai aproveitou funcionários da Bayer, que foram afastados da empresa em função da intervenção, como o seu presidente no Brasil, o Dr. Schultz. Após a Guerra, quando a Bayer reorganizou-se no Brasil, o Dr. Schultz tornou-se seu presidente. Era um cara fantástico!

Nesse novo contexto, a Companhia Anilinas não conseguiria competir com uma empresa do porte da Bayer. Eram precisos investimentos vultosos para modernizar o parque industrial, adquirir maquinário novo, etc. Então, o Dr. Schultz ofereceu ao papai comprar as fábricas e as patentes da Anilinas, que assim abandonaria a sua produção, mas passaria a fazer a distribuição em todo o território nacional dos produtos Bayer. Era um acordo maravilhoso, porque a Anilinas passaria a ser a distribuidora exclusiva dos produtos da Bayer.

Os engenheiros da Alemanha vieram, avaliaram tudo, redigiram um estudo completo. Papai reuniu a diretoria para concluir o negócio. Na reunião, um dos conselheiros disse que era contra a avaliação feita pela Bayer, pois o preço estaria baixo. Não estava. Era um negócio excelente, para todos. Mas papai, que também era um desses homens à moda antiga, sentiu-se desautorizado. Diante daquela contestação reagiu como meu avô faria: “Olha, a coisa que eu tenho mais perto de mim é o meu chapéu.”. Botou o chapéu na cabeça e saiu da companhia, para não mais voltar. Não quis receber nem a indenização por rescisão do contrato. Aí o Dr. Schultz chamou o papai para a Bayer.

Quando a diretoria se deu conta da oportunidade que estava perdendo, procuraram o Dr. Schultz, que então afirmou: “O negócio com a Anilinas eu só faria se o Dr. Fontes fosse o presidente; como ele não quer mais a função, acabou!”. Encerrou-se o assunto. Em poucos anos, a Anilinas pediu

falência. Insistiram no modelo de negócio, adotaram uma política suicida, foram vendendo prédios para pagar indenizações de empregados demitidos, cobrir despesas com fornecedores, etc. Com isso, iam perdendo cada vez mais mercado e desvalorizando o patrimônio. Ao final, não podiam mais nem pagar os impostos. Foi o fim de uma das mais importantes indústrias químicas do país.

**Memória MPM – E a sua aposentadoria?**

**Paulo Duarte Fontes** – Pedi-a em 1991. Foi um processo meio demorado com o Tribunal de Contas, mas acabou tudo bem. Acabei me aposentando depois que saiu a Lei nº 75, de 1993. Como aposentado, me afastei do Ministério Público. Eu tenho apenas de, todo ano, provar que estou vivo. Vou até a Representação e lá me apresento para renovação de cadastro.

Me desliguei de Brasília. Tinha uma casa linda na QI 19, conjunto 10, casa 8; era grande. Eu mantinha dois *dobermanns* no pátio. É um cão manso para o dono, mas assusta os outros. Late muito no portão. Alguém se incomodou e um dia jogou carne envenenada para eles. Morreram os *dobermanns*.

Passo a maior parte do tempo na fazenda, em Ouro Fino, Minas Gerais, onde produzimos café. Torrado e moído, faz um pó especial, chamado Medalha Milagrosa. A produção é toda exportada. Mantemos, ainda, este apartamento no Rio de Janeiro.

Acho que Deus é muito generoso comigo. Sou muito feliz. Olho para a vida e penso em tudo o que vivi com leveza e bom-humor. Não tenho



## HISTÓRIAS DE VIDA

problemas hoje em dia. Amo minha família, gozamos, graças a Deus, de saúde e levamos uma vida confortável. Eu sou muito feliz, casado há cinquenta e sete anos. Estou com 88 anos e meu maior sonho agora é celebrar bodas de diamante, quando desejo promover uma grande festa.